



# Anais da Assembléia

Nº 76

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE AGOSTO DE 1988

ANO XIV

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA  
ATA DA 62.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 1.988  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Pirajá Ferreira e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezaadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quilse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Luiz Alberto Oliveira e Tadeu Lúcio Machado (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 050  
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 138/88, que declara de Utilidade Pública a "Associação Lar Mossunguê", com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.08.88.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI.

### REQUERIMENTO Nº 051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 113/88 que transfere ao filho deficiente do beneficiário original, Senhor Adão Afonso Hartkoph, a pensão concedida através da Lei Promulgada nº 46/64 de 14.09.64.

Sala das Sessões, em 03.08.88.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI.

### REQUERIMENTO Nº 052

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 101/88 que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos do Jardim Planalto" com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 03.08.88.

(a) PIRAJÁ FERREIRA.

### REQUERIMENTO Nº 058

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Preferência de Discussão e Votação, para o Projeto de Lei nº 379/87, de autoria dos Senhores Deputados Amélia Hruschka e Orlando Pessuti, constante da Ordem do Dia da presente sessão, de acordo com o disposto pelo Art. 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 03.08.88.

(a) SABINO CAMPOS.

### REQUERIMENTO Nº 054

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja transferido para época oportuna a Sessão de entrega de Título de Cidadão Honorário ao Excelentíssimo Senhor Jabur Abdala, anteriormente

marcada para 17.08.88.

Sala das Sessões, em 03.08.88.

(a) ANTONIO BELINATI.

REQUERIMENTO N° 057

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de pesar pela morte do Senhor Alair Grisaldi.

Sala das Sessões, em 03.08.88.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO N° 053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consagração em Ata dos Trabalhos deste Poder, de votos de congratulações, ao Jornal Diário Popular, pela realização no dia 1° de agosto de 1988, do evento "CHUTEIRAS DE OURO".

"Chuteiras de Ouro", tem por finalidade prestigiar aqueles que se destacaram no futebol paranaense em 1988 e, este ano, comemora sua 12ª edição.

Forma de incentivo e reconhecimento à dedicação e empenho no desportismo do Paraná, as "Chuteiras de Ouro", têm se colocado como um importante prêmio, almejados por todos os aficionados e envolvidos no futebolismo.

A Diretoria do Jornal Diário Popular, pelo brilhantismo na organização da festa Chuteiras de Ouro, os cumprimentos do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Que da decisão deste Poder, dê-se ciência ao Jornal supra mencionado, na sua sede, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.08.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente requerimento subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER que, ouvido o Plenário, seja feita a convocação do Secretário de Estado da Administração, Deputado Mário Pereira, para uma audiência pública, no dia 08 de agosto de 1988, às 9 horas, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, com o objetivo de prestar informações sobre os seguintes assuntos:

- Os cargos a serem extintos pelo Projeto de Lei n° 44/87, estão vagos ou ocupados?

- Caso estes cargos estejam preenchidos, onde estão lotados esses funcionários? Quem são e quais os respectivos salários.

- Qual a proporção de funcionários públicos estaduais em relação à população

Curitiba, quarta, em 03.08.88

do Paraná, em 1983 e em 1988?

- No período de março de 1987 ( data do encaminhamento da mensagem n° 39/87), à julho de 1988, muitos destes cargos não foram preenchidos?

- Por que o Governo pretende extinguir estes cargos enquanto as secretarias continuam a fazer concursos para a contratação de novos funcionários, qual é o caso mais recente da Secretaria da Saúde?

Sala das Sessões, em 03.08.88.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO N° 055

Senhor Presidente.

A Deputada que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da LBA - Legião Brasileira de Assistência; solicitando auxílio financeiro para a ADEFICAM - Associação dos Deficientes Físicos de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.08.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A ADEFICAM é uma entidade assistencial que atende condignamente os deficientes físicos de Campo Mourão e região. Esse atendimento é feito de diversas formas, entre as quais o encaminhamento para obtenção de empregos, realização de cursos etc.

Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária causada pelos elevados índices inflacionários, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 056

Senhor Presidente.

A Deputada que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor Administrativo da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a ADEFICAM - Associação dos Deficientes Físicos de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.08.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A ADEFICAM de Campo Mourão presta relevantes serviços àquela comunidade, através do atendimento aos deficientes físicos. Esse trabalho é realizado através do encaminhamento de deficientes para obtenção de empregos e realização de cursos em geral. Entretanto, por tratar-se de entidade recém fundada, necessita de auxílio financeiro para continuar prestando atendimento aos deficientes físicos daquela Cidade e Região.

## REQUERIMENTO N° 046

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ministro Interino da Reforma Agrária, Iris Rezende, solicitando a urgente desapropriação da fazenda São Francisco localizada no Município de Ribeirão do Pinhal, cuja documentação encontra-se neste ministério devidamente aprovada nas diversas instâncias.

REQUER, o envio de expediente ao Delegado Geral do MIRAD no Paraná solicitando urgência na tramitação dos processos de desapropriação das fazendas Domática e Cecílio da Rosa em Ribeirão do Pinhal e da Fazenda Filomena em Leopólis cujos processos encontram-se nesta delegacia, já cumpridas as determinações legais.

REQUER, ainda, o envio de expediente ao Secretário Especial de Reforma Agrária, solicitando o envio de alimentação às famílias acampadas nos Municípios de Joaquim Távora e Ribeirão do Pinhal, despejadas da Fazenda Santa Filomena.

Sala das Sessões, em 03.08.88.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

## JUSTIFICATIVA:

Cerca de 200 famílias encontram-se na absoluta miséria, passando privações de todos os tipos, enquanto falta vontade política de baixar um decreto desapropriando estas fazendas que comprovadamente não cumprem função social, sendo latifúndios improdutivos, de acordo com o próprio parecer da Comissão Agrária.

No caso da Fazenda São Francisco em Ribeirão do Pinhal a situação é mais grave ainda. Enquanto milhares de trabalhadores perdem o momento de plantio da safra de verão, em função da burocracia que impera dentro dos órgãos do governo, pela falta de emissão de posse, a terra continua sendo um latifúndio sem utilidade. Diante disso, é importante que a delegacia regional do MIRAD agilize a emissão de posse sob o risco destas famílias continuarem vivendo em condições subumanas.

Apelamos ainda ao Secretário de Reforma Agrária para que invie alimentos às famílias acampadas nos Municípios referidos, minimizando a situação em que se encontram, até que o governo desapropriar estas áreas, sem utilidade econômica e social.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, Dr. Fernando Xavier Ferreira, solicitando estudos para viabilizar a

instalação de um Posto Telefônico para Alto Posto Ouro Grande Ltda., Rodovia Transbrasiliana DR-153-Km 9, próximo ao Município de Jacarezinho-PR.

Sala das Sessões, em 03.08.88.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

## JUSTIFICATIVA:

O presente expediente é apresentado baseando-se nas inúmeras reivindicações da população que serve a região, considerando a inexistência de um telefone público naquela localidade, ocasionando por sua vez, uma série de transtornos, especialmente nos casos de emergência, já que o telefone mais próximo, fica a mais de 10 Km de distância.

Outrossim, esclarecemos, que a colocação do telefone no Alto Posto Ouro Grande irá beneficiar uma grande população residente na localidade como também viajantes de todo o Estado que por ali passam diariamente.

Sendo o telefone o mais rápido e eficiente veículo de comunicação, esperamos dessa Companhia o pronto atendimento.

## REQUERIMENTO N° 049

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Álvaro Fernandes Dias, Mui Digno Governador do Estado, Doutor Antônio Lopes de Noronha, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Coronel Wantuil Borges, Mui Digno Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender a reivindicação salarial da Classe dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Paraná.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência ao ilustre Senhor José Carlos Jerônimo, Presidente da Sociedade Beneficiária dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Paraná (Rua Engenheiros Rebouças, 2329 - Curitiba-PR).

Sala das Sessões, em 03.08.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

## JUSTIFICATIVA:

Devido a impossibilidade de sobrevivência hoje vivida pelo funcionário público, e especial desta classe, que cumpre a importante missão de prestar serviços à comunidade paranaense. E, atualmente estes se defrontam com as péssimas condições de moradia, da má alimentação, da impossibilidade de educar os filhos, das condições de saúde, da marginalização entre outros tantos problemas surgidos com a situação econômica que atravessamos e, nesse intuito solicitamos esforços para que possam atender com justiça, fraternidade e igualdade, esta família que tem o direito de poder sobreviver com o mínimo de dignidade.

24.

Para tanto, encaminhamos em anexo, cópia da reivindicação salarial aprovada em Assembleia Geral da Classe dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Paraná, do dia 01 de agosto de 1988.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros presentes na nossa sala de Plenário.

Na continuidade algumas informações aos companheiros e a Curitiba e ao Paraná, a respeito da reivindicação que a Polícia Militar está a desenvolver e a fazer, através deste Deputado e seus Pares, junto ao Governo do Estado no que diz respeito a uma melhoria salarial.

Como eu disse, quase que toda a guarnição está em vigília e em estado de alerta, mas nesta grande expectativa de que o Governo venha a nos atender. Ontem, uma comissão de oficiais com mais esse Deputado esteve em reunião com o Secretário de Estado da Segurança para entregar um documento, um manifesto, onde alinhávamos as nossas reivindicações. Depois de duas horas e vinte minutos de análises, avaliações e debates, pudemos observar e sentir, quer-nos parecer e quero crer que eu posso dizer assim, uma pequena luz no túnel. Todavia, implica ainda em um contato direto com o Governo do Estado para que ele possa, naturalmente, dizer alguma coisa a respeito. Isto ficou marcado para a semana que vem. Então, o momento pitoresco.

Mas, o momento bastante lamentável ocorreu ontem, quando tomamos conhecimento da prisão do subtenente José Carlos Jerônimo, Presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos. Atentem, companheiros Parlamentares para um detalhe: nós deixamos a reunião por volta das 19 horas e fomos até a unidade onde este companheiro se encontrava preso. E lá chegando, após um contato com o oficial do dia, visitando e conversando com o companheiro que ali se encontrava preso. Em ato contínuo recebíamos a visita do oficial de dia, que dizia para este Parlamentar, e estava ali como outro Deputado fazendo uma visita, e um Deputado que vem sustentando e defendendo uma política melhor para a área da segurança, em especial para a Polícia Militar. Este companheiro, lastimando ter recebido uma ordem do segundo escalão, ou melhor, do escalão superior, repito, escalão superior, dizia que nós não poderíamos permanecer naquele recinto porquanto nós tínhamos um tempo de dez minutos. Vejam, companheiros, um tempo de dez minutos, após o

que o preso deveria ser enclausurado e permanecer incomunicável.

Eu vivi a minha vida inteira dentro de uma caserna. É uma prisão disciplinar. Não tinha nada no texto e eu tive a oportunidade de ler, que cerceasse, impedisse qualquer pessoa que ali quisesse chegar e falar com o preso. Então, eu me surpreendi pela forma dantesca, pela forma rigorosa como ele se colocava. Nesta oportunidade se fazia presente e acompanhava-me o Presidente do Clube dos Oficiais, Coronel Elizeu Ferraz Furquim, e que por sua vez, também, recebia a mesma ordem que nós não poderíamos permanecer ali. Esse ato, meus companheiros, só vem a agravar, num momento bastante delicado, eu quero crer que o comando geral da Polícia Militar que assim se manifestou, deveria ter um pouco de habilidade e bom senso e jamais permitir que tamanha coisa viesse a acontecer. Eu estava ali como Deputado, iria falar rapidamente com o companheiro e não poderia em momento algum, dar informações.

Imagine, se aconteceu comigo, poderá acontecer com qualquer um, com o povo, como repórter, jornalista, advogado, familiares que para lá foram e queriam realmente falar com este companheiro.

As represálias continuam; vejam vocês que em ato contínuo, numa cerimônia inserida no programa da polícia militar, que comemora esta semana 134 anos de aniversário, em represália suspendeu-se o quadro de subtenentes e sargentos um baile que para lá havia marcado.

Então, eu pergunto, por que esta violência, por que esse rigor? Não havia razão de ser.

Isso só vem agravar momentos aflitantes, e angustiantes, porque passa toda a comunidade policial militar.

Razão pela qual eu peço desta tribuna, ao comando, que reveja esta atitude porque lá não está preso nenhum terrorista, nenhum subversivo, companheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa consulta ao nobre Deputado Raul Lopes se deseja que a Comissão Executiva tome providências a respeito do cerceamento do nobre Deputado quando visitou o quartel da polícia militar.

O SR. RAUL LOPES - Perfeitamente, Presidente, não tinha me passado no momento, pela memória que, cerceado de visitar um preso disciplinar que não exibía na nota punitiva disciplinar nenhum cerceamento para visita, eu gostaria, portanto, Senhor Presidente, que alguma coisa fosse feita nesse sentido porque eu, do meu gabinete vou tomar providências, mas gostaria que ficasse registrado, evidente que está, que

alguma medida fosse tomada pela Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa tomará as medidas necessárias. Pode ficar tranquilo.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Senhor Presidente, em face a comunicação do ilustre Deputado Raul Lopes, eu quero me congratular com Vossa Excelência que toma de ofício as providências necessárias com relação à atuação dos Parlamentares.

Eu cumprimento Vossa Excelência que demonstra sensibilidade política, assim, uma conduta de guardião do Parlamento e, aproveito a oportunidade de reafirmar que no momento em que se fazem reivindicações salariais, sejam militares ou não, não se resolve o problema com prisão. Qual a diferença da inflação quando um militar um professor ou um trabalhador reivindica? A inflação é a mesma.

Afinal de contas, o mercado onde as mulheres de militares compram são diferentes dos mercados onde compram os demais civis? Se adotarmos o precedente de prisão, seríamos obrigados a prender todos os líderes das classes que representam.

Não é esse o caminho.

Os meus cumprimentos à Mesa e os meus cumprimentos ao orador que se fez aqui denunciando esta atitude que Vossa Excelência agora, assume como guardião do parlamento.

Meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa agradece ao Deputado Nereu Carlos Massignan e diz apenas que está cumprindo com seu dever de resguardar a dignidade da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados, serei breve.

Eu disse agora há pouco através de uma rede de televisão, com todo respeito que tenho com o Governo do Estado do Paraná, que não posso admitir a prisão que houve ontem do subtenente José Carlos Jerônimo, da polícia militar.

Ao abrir o Jornal "Tribuna do Paraná", hoje, assim como outros jornais que divulgo em meu programa de televisão, mais especificamente a "Tribuna do Paraná", dizia que o subtenente havia sido preso porque tinha feito uma série de ameaças ao Governador Álvaro Dias através da imprensa do Paraná.

Eu não sei que ameaças foram essas não vi, estou pedindo através de um Ofício ao

Presidente da Comissão de Segurança Pública, desta Casa, da qual faço parte, ao lado de ilustres Deputados e peço agora, através deste microfone, ao Deputado Raul Lopes, que apresente à nossa comissão quais foram as ameaças que o subtenente teria feito ao Governador Álvaro Dias, já que o Jornal publica isso.

Como eu disse hoje na televisão, eu acho ridículo, e pergunto à Bancada do PMDB do meu Estado, porque prender um oficial da Polícia Militar, só porque ele está reclamando por seus direitos!

Agora há pouco eu recebi um telex de Cascavel, terra de ilustres Deputados que aqui se fazem representar, Deputados como Werner Wanderer, David Cheriegate, recebi o telex Deputado Raul Lopes, dizendo que as viaturas da Delegacia de Polícia de Cascavel estão paradas no pátio, porque a conta do combustível não foi paga e elas estão sem gasolina.

Muito bem, se nós, homens de imprensa e vou agora me reportar a minha pessoa e ao Deputado Algaci Túlio, porque temos dois programas, no Paraná. Sou um político que não faz discriminação, acho que política séria é aquela que não faz discriminação. Por eu ser do PMDB, o Deputado Algaci Túlio do PDT, o Deputado Erondy Silvério, meu mestre, ser do PTB, o Deputado Pedro Tonelli ser do PT. Isto aqui é um Parlamento e nós temos que trocar idéias, dialogar e ver qual o caminho a seguir.

Meu caro Presidente, eu sou vice-Presidente da Comissão, acho que está na hora do Governador dar um murro na mesa e parar com esta palhaçada que está acontecendo dentro da Polícia, está na hora de tomar medidas sérias. Este negócio de mandar prender, não vai resolver o problema da Polícia Militar do Estado do Paraná! Se o professor entrar em greve, prendem uma professora; se amanhã ou depois as assistentes sociais entrarem em greve, prendem um funcionário público, enfim, não adianta. Não adianta se amanhã um funcionário da Assembléia entrar em greve o Deputado Anibal Khury vai mandar prendê-lo. Ora, vamos parar com este estado de coisas.

O que me deixou ferido hoje, nesta Casa, foi a atitude que tomaram em relação à Vossa Excelência.

Quero só completar o meu raciocínio, eu não posso admitir. Nós não somos parasitas, não somos lacaios, não somos políticos bandidos! Estamos aqui para fiscalizar, denunciar, para ver com quem está a verdade, para analisar. Não podemos dizer a toda hora: "Aném, aném, aném, aném. Não! Temos que partir para um diálogo, não é prendendo que vamos solucionar os problemas. Não é desacatando Vossa Excelência, como foi desacatado ontem, que vamos resolver os problemas. Ora, temos que estar



preparados para as derrotas e para as vitórias. Eu concordo que o Governo Álvaro Dias tem os seus momentos de grandesa, no nosso Estado, e também tem os seus defeitos, agora este defeito eu não posso admitir, vamos parar com isso!

Me perdoem, com todo o respeito-que eu devo ao Coronel Wantuil Borges, mas eu acho que está na hora dele deixar o Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, está na hora, de haver uma harmonia dentro da Polícia Militar.

O Senhor Presidente é muito generoso e vai me conceder mais um minuto e eu lhe concedo aparte Deputado Raul Lopes, trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Não é permitido aparte, lamento.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Não é permitido, o Presidente não foi generoso, então eu não lhe concedo aparte.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, para encerrar o meu desabafo, nesta tarde, espero que Vossa Excelência, Senhor Presidente, com sua experiência política, de tantos anos neste Parlamento, o Senhor que já foi cassado e perseguido e que volta ao meu Estado para com a sua sabedoria política fazer com que esta Assembléia caminhe ao encontro do seu grande destino que é o de fiscalizar, erigir, conchamar e reivindicar os direitos de todo o Estado do Paraná, espero que Vossa Excelência forme esta Comissão e que tome providências contra as afrontas e a violência sofrida pelo Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, onde eu sou vice-Presidente. E não foi só esta Comissão, mas todo o Parlamento foi violentado ontem, na Capital do Estado do Paraná.

Muito obrigado pela paciência que Vossa Excelência teve comigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Dirceu Manfrinato com a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Ouvi atentamente o pronunciamento do ilustre Parlamentar, Deputado Raul Lopes, ex-comandante da Polícia Militar do Paraná. Ouvei do nosso companheiro, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, ex-Presidente da Comissão de Segurança nesta Casa. E aproveitando nesta oportunidade, esse gancho que me confere nesse instante, de dizer que com relação à prisão efetuada do sub-tenente, nós não queremos ter uma participação ativa nessa atitude, porque ela é uma decisão disciplinar e administrativa. Mas cabe a nós lembrarmos, principalmente no setor de segurança da Capital do Esta-

do do Paraná, não sei quais as razões e posso afirmar com certeza que não é falta de apoio do Governo do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Dias.

Curitiba está sendo tomada pelos marginais; os jornais estampam todos os dias os problemas sérios da segurança da população da Capital; e ainda quero ser testemunha de que o prédio em que resido, recentemente foi assaltado, aonde abriram 8 carros, roubando 8 toca-fitas. Está imperando na Capital do Estado do Paraná, o abuso, o desrespeito à autoridade policial, quando eu acho que tem que haver entre a Polícia Militar do Paraná e a Polícia Civil, uma medida urgente, pois hoje existe a intranquilidade, e esta intranquilidade preocupa todos os segmentos sociais, e nós não podemos permitir que esses abusos continuem acontecendo.

Senhor Presidente, já denunciava em 1983, aqui nesta Tribuna da Assembléia Legislativa, que a maioria dos roubos no nosso Estado, estava conivente a Polícia do Estado do Paraná. Lutei contra tudo e enfrentei tudo, denunciando, e após 4 anos foi desbaratado no Governo do Paraná, Álvaro Dias, a grande quadrilha que agia em Campo Mourão, Cianorte e até na Capital do Estado, que era protegida pela Polícia Militar do Paraná; E com essas medidas, alguns casos foram desbaratados. Mas o que precisa nesse Estado é uma mudança com relação aos homens que têm a responsabilidade da segurança do seu povo. É necessário educar uma polícia discente, responsável, e que tenha ligação com a comunidade, e não uma polícia que procura os interesses pessoais.

Enquanto não aplicarmos aqui no Paraná novas medidas nas polícias Militar e na polícia Civil, estaremos correndo riscos dos tipos que vem acontecendo na Capital.

Eu entendo que o policial tem que ser bem remunerado, para não participar de atos de corrupção; e para isso, tem que haver entrosamento da sociedade, e procurar fazer com que os próximos policiais ao ingressar na corporação da polícia militar tenham pelo menos o 2º Grau de escolaridade, e ainda tenham, meu ilustre Raul Lopes, como todas as empresas exigem, que apresentar uma carta de fiança.

Acho que o Governo tem que implantar isto na polícia civil e militar. Aqueles que passarem no concurso, para ingressar, teriam que apresentar uma carta de fiança; só assim teríamos restabelecidos, o respeito, a ordem, e a dignidade na corporação da polícia militar e civil do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra o Deputado Antônio Belinati.

SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Inicialmente, para hipotecar apoio ao movimento da Associação dos Professores do Paraná, que vem lutando e têm uma pauta de reivindicações, e se essa pauta mínima não for atendida pelo Governo Estadual, os professores poderão decretar o movimento grevista. E o nosso desejo Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que o Governo Estadual mantenha aberto um canal para diálogo permanente, com os principais Líderes da Associação dos Professores, não há por parte dos mestres qualquer desejo premeditado de uma greve. Eles só irão à greve, se realmente for fechado este canal de diálogo e de entendimento com o Governo do Estado, caso suas reivindicações deixem de ser atendidas.

O nosso apelo é para que o Governo Estadual do Paraná atenda às reivindicações dos nossos professores, evitando esta greve, que poderá trazer prejuízos a milhares e milhares de crianças que estudam na rede estadual de ensino do Paraná.

E por último, Senhor Presidente, Senhor Deputado Anibal Khury, também para manifestar o apoio às palavras, aqui, anteriormente proferidas, com respeito a prisão intempestiva do subtenente José Carlos Jerônimo. Estamos vendo a luta que o Deputado Raul Lopes tem travado nesta Casa de Leis, em defesa de melhores salários, para os militares do Paraná, e no instante em que vivemos sob o ar de uma Nova República, achamos intempestiva, inoportuna e injustificada a prisão de um militar, que ordeiramente, pacificamente, veio a esta Casa, e estava buscando o quê? Buscando melhorias salariais para os nossos militares do Paraná, cuja categoria é hoje, provavelmente, a mais mal paga do Estado, pois o nosso militar ganha muito pouco.

É um salário minguado, miserável, que não dá condições ao militar de dar sustento à sua família.

Por esta razão, Senhor Presidente, o nosso apoio a esses militares que lutam por um salário condizente com as necessidades, para uma vida mais digna, e não tanto afogada e apertada, como eles vêm enfrentando.

A nossa tristeza e o nosso repúdio à prisão desse militar. O nosso apelo também, é para que o comando da polícia militar procure adequar o regimento da polícia militar, não ao regimento próprio nos regimes ditatoriais, já que estamos vivendo sob o ar da Nova República, mas não mandar prender um subtenente pelo simples fato de estar ele, num País democrático, gritando pelos seus justos direitos salariais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande

Expediente, com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados. Nós lamentamos profundamente o que está acontecendo na Nova velha República, porque não podemos admitir que no momento em que se fala em tanta abertura neste país, no momento em que se propala tanto a democracia, tanta liberdade de expressão, nós termos a atitude tomada pelo alto comando da Polícia Militar prendendo, e mantendo, o que é pior, incomunicável o Subtenente, companheiro nosso e que esteve nesta Casa na última segunda-feira, e foi saudado pelos Parlamentares que aqui se encontravam, e estava com outros companheiros da corporação que vieram aqui ouvir as manifestações dos Parlamentares em relação à luta que enfrentam os componentes da Polícia Militar, a necessidade evidentemente de uma melhoria salarial e até mesmo de uma melhor condição de trabalho.

Desta Casa receberam o apoio, as manifestações de solidariedade, de compreensão pela situação que enfrentam, e no entanto, dois dias depois, o companheiro Subtenente José Carlos Jerônimo, talvez até, e desconfio, tenha sido mais uma medida política, uma perseguição política do que propriamente qualquer transgressão disciplinar dentro da corporação. Porque é bom deixar bem claro e dizer, nesta Casa, que o companheiro José Carlos Jerônimo, um Subtenente reformado da Polícia Militar, é filiado ao nosso Partido, o Partido Democrático Trabalhista, ao PDT, e é também postulante a uma cadeira na Câmara Municipal de Curitiba.

Entendo eu que talvez não se trate de nenhuma transgressão disciplinar, conhecendo a figura do Subtenente Jerônimo, não posso acreditar que ele tivesse feito qualquer ameaça ao Governador Álvaro Dias, o que acho até um absurdo nesta justificativa que se faz para determinar a prisão desse nosso companheiro.

Tenho a impressão e quase que a certeza que é uma maneira de amedrontar o companheiro militar, uma maneira talvez até de fazê-lo modificar o pensamento de se lançar à carreira política, porque estamos às vésperas da Convenção do PDT que será no próximo domingo, aqui nesta Casa e, evidentemente, esta sua prisão antecedendo a nossa Convenção, seria para amedrontá-lo repito, e fazer com que viesse, diante das pressões que deve ter recebido e deve estar recebendo dentro do próprio quartel da Polícia Militar, a retirar a sua postulação a uma cadeira à Câmara Municipal de Curitiba.

Não podemos, de maneira nenhuma nos silenciar diante deste fato profundamente

lamentável, desta medida que, acima de tudo, mostra que infelizmente ainda neste País não se pode falar de boca cheia em democracia, não se pode ainda falar que está totalmente liberto o homem para as suas posições, para a colocação dos seus pensamentos e das suas idéias.

Vejam, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que no sábado nós tivemos a assembleia dos militares no Clube dos Oficiais e naquela assembleia foi tirado um documento que foi entregue ao Secretário de Estado da Segurança Pública, e conseqüentemente ao Governador do Estado.

É este documento diz: Carta de Intenção da Assembleia Geral dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar. (Lê):

Excelentíssimos Senhores: Governador do Estado do Paraná - Álvaro Dias; Secretário de Estado da Segurança Pública - Dr. Antônio Lopes de Noronha; Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná - Wantuil Borges.

Dentro do respeito, da ordem e da disciplina, como Presidente da Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Paraná, em atenção à classe dos associados que presido, convoquei e fiz realizar a Assembleia Geral deste dia 30 de julho de 1988, que tinha como Ordem do Dia o assunto "SALÁRIO" do Policial Militar.

Relatar a impossibilidade de sobrevivência hoje vivida pelo funcionário público, classe a qual pertencemos; falar das péssimas condições de moradia, da má alimentação, da impossibilidade de educar os filhos, das condições de saúde, da marginalização, etc., seria menosprezar a capacidade, a inteligência, a administração e o bom assessoramento que possuem Vossas Excelências e, mesmo porque seria plagiar o óbvio na atual situação econômica que atravessamos.

Contudo, se a real situação é por demais conhecida, entendemos que, como líder de uma classe tão importante, por ser um apaixonado pela profissão que abracei por amor e querer ver esta Organização cada dia mais soberba e digna e, principalmente por fazer parte desta multidão sofredora é que fui julgado no dever de oferecer a Vossas Excelências, subsídios reais, como forma de ajudar a Vossas Excelências, a atender com justiça, fraternidade e igualdade, esta família que não pede nada mais do que o direito de poder sobreviver com o mínimo de dignidade, ao lado de seus familiares e, principalmente poder cumprir a missão e prestar serviços à Comunidade Paranaense.

Assim julgando, dentro do respeito, da ordem e da disciplina, realizamos a Assembleia Geral da classe, que confeccionou, discutiu, votou e aprovo por unanimidade o

piso salarial para o iniciante na carreira Policial Militar, ou seja o Soldado Recruta (II Classe), que segue anexo; a qual julgamos ser no momento a resposta para os anseios de toda a família miliciano do Paraná, e que aguardamos atenção de Vossas Excelências.

JOSÉ CARLOS JERÔNIMO  
Presidente da Soc. Benef. dos  
Subten. e Sgts/PMMP

Pergunto aos Senhores Parlamentares, esta carta de intenção da Assembleia, realizada no último sábado, em que momento faz ameaças ao Governo do Estado? Em que momento falou aqui em possível paralisação, "operação tartaruga" ou coisa parecida? Nada, absolutamente nada, Senhores Deputados. (Lê):

1. Que o salário inicial na carreira policial militar no Paraná, tomando como base o Soldado de II Classe, tenha o piso de 5 (cinco) salários referência de soldo e que a cada graduação ou posto, o soldo seja acrescido de 10 (dez) em 10% (dez) por cento, advindo sobre o soldo os Adicionais; Gratificação PM; Cursos; TRV; Representação e outros.

2. Que o 13º salário do policial militar seja integral.

JOSÉ CARLOS JERÔNIMO  
Pres. Soc. Benef. dos Subten.  
e Sgto/PMMP

Comissão de Representação:  
São 6 (seis) assinaturas ilegíveis.

Na mesma Assembleia o Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná também traz a conhecimento um manifesto, em que diz o seguinte: (Lê):

1. O Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná, no exercício pleno da cidadania e em Assembleia, Geral Extraordinária, realizada em 30 de julho de 1988, deliberando sobre as condições de trabalho e vencimentos da Corporação, conclui que:

a) Atualmente os integrantes da Instituição Policial-Militar cumprem suas atribuições legais, trabalhando sob condições que comprometem o objetivo de garantir segurança e tranquilidade à população paranaense. Essa situação decorre dos seguintes fatores:

- Redução metódica e sistemática ao longo do tempo da participação da Segurança Pública no Orçamento do Estado;

- Conseqüente diminuição do aporte de recursos humanos e materiais para a Instituição;

- Diminuição da capacidade operacional da Corporação que, pela insuficiência de recursos, está impossibilitada de prestar o nível de atendimento atingido em passado recente;



b) Os vencimentos dos integrantes da Corporação, historicamente, nunca estiveram em níveis tão baixos quanto os atuais. Esta situação mostra um quadro de implicações que desestimulam e produzem insatisfação generalizada na área de segurança pública, dentre as quais:

- Impossibilidade de atendimento das necessidades básicas de subsistência ao Policial-Militar e seus familiares;

- Desvalorização do Policial-Militar que, pelo nível de habilitação profissional e responsabilidade que tem, recebe salários inferiores aos funcionários de igual ou até inferior capacitação em outras carreiras do Poder Executivo;

- Ausência de resposta do Governo às propostas já encaminhadas de maneira ética pelos integrantes da classe, que até agora não receberam nenhuma atenção;

- O compromisso de Governo, assumido perante a classe Policial-Militar quanto à reequiparação salarial entre o Soldado PM e o Agente de Segurança, e não honrado;

2. Pelo exposto, decidiu-se adotar as seguintes medidas;

a) Instituir uma Comissão encarregada de elaborar este manifesto e dar-lhe conhecimento público;

b) definir uma Comissão encarregada de, junto ao governo, apresentar e sustentar a proposta aprovada em Assembléia;

c) Efetuar recomendação aos Policiais-Militares para que se mantenham fiéis ao cumprimento do dever legal, pois a segurança da comunidade está acima dos erros/desacertos do governo em relação à Corporação;

d) Declarar a Assembléia em caráter permanente enquanto aguarda, a curtíssimo prazo, a resposta do Governo.

Curitiba, 30 de julho de 1988.

ELIZEU FERRAZ FURQUIM - CEL.RR.

Presidente do Clube e da Comissão de Proposta e Negociações.

Então vejam, Senhores Parlamentares, a vida dos policiais militares, dos oficiais tem razão e tem sentido, ninguém melhor do que nós que convivemos com esta classe, para sabermos das dificuldades, pelas quais passam tantos policiais militares e civis.

Se a cidade reclama de um melhor policiamento e critica a atuação da polícia, é preciso que se faça alguma coisa; para que isso não aconteça, e para que esses erros não se repitam, é necessário, somente um melhor atendimento na área da segurança pública. Volto a dizer aquilo que tenho dito constantemente: que a segurança pública é a bucha de canhão de todo governo, é a válvula de escape que se deixa para que as atenções da população fiquem voltadas, pois enquanto o povo fica falan-

do de insegurança, enquanto a imprensa critica o mal policial, ocupando até manchetes garrafais, enquanto se critica constantemente a polícia, esquecem-se dos outros setores do Governo, que talvez apresentem problemas bem maiores do que os da área de segurança.

Esta é a grande verdade, convivemos com esta categoria, sabemos das dificuldades, temos "gritado" não apenas como homem de imprensa, em especial o repórter policial, e este não está apenas para criticar a polícia, muito pelo contrário, ele é quem traz o fiel retrato da situação da Polícia e quando critica a polícia, faz para chamar a atenção do Governo do Estado, das autoridades, mostrando a realidade da situação.

Não adianta sair por aí dizendo que temos a melhor polícia do mundo, até que poderíamos ter sim, porque pelos homens que compõem a nossa polícia, são homens de capacidade, são homens que estão fazendo milagre com o que eles têm em mãos para trabalhar, pelo que ganham, trabalham até demais e, não adianta sair pela rua atacando policiais, cabos, soldados, sargentos, agentes e até o próprio Delegado de Polícia, não é este o caminho. Esta gente está fazendo demais pelo que ganha e pelas condições que têm ao desenvolver o seu trabalho.

Poderíamos aqui fazer um retrato da situação da polícia no Paraná, delegacias em péssimas condições, policial ganhando salário miserável, sai de casa deixa três, quatro filhos, e esposa sem ter o que comer, sem poder mandar o filho para a escola, teríamos que voltar àqueles comentários, assunto que já é do conhecimento de todos os senhores.

Por isso a nossa indignação, a nossa revolta, porque entendemos que a punição ao subtenente reformado José Carlos Jerônimo é mais uma atitude de perseguição política do que qualquer transgressão militar que ele tenha efetuado dentro do seu quartel. Repito, o companheiro Jerônimo por entender, por conhecer o nosso partido, por entender a bandeira do nosso Partido, assumiu-a e é um pretendente à Câmara de Vereadores de Curitiba, e é um dos fortes candidatos a se eleger e por isso, talvez, a sua eleição no primeiro passo como Vereador não seja importante, não seja bom para o Governo porque vai ser uma eleição exatamente por um Partido de Oposição que terá uma voz na Câmara, muito embora a Câmara Municipal não possa resolver o problema da corporação, porque seria mais a nível de Assembléia do Estado e aqui está o companheiro Raul Lopes. Mas é o primeiro passo que dá o companheiro Jerônimo e nós temos certeza que será um dos Vereadores eleitos no pleito de se avizi-

na. E talvez isto tenha sido mais uma maneira de amedrontá-lo, de assustar a própria corporação de um modo geral, porque outros companheiros que lá estão também são pretendentes a cargos eletivos. Temos lá o companheiro Mesquita, temos tantos outros companheiros na Polícia Militar, na Polícia Civil. Somente no nosso Partido nós temos 6 policiais, e integrantes da Polícia Civil pretendentes a cargo na Câmara Municipal e isto amedronta o poder, esta é a grande verdade.

Então, talvez, esta punição de perseguição política que eu denuncio neste momento nesta Assembléia, porque não podemos entender, conhecendo a postura do companheiro Jerônimo, conhecendo a sua posição, sendo um homem que não tem na sua ficha qualquer senão, Senhores Parlamentares. Agora, manter esse homem preso incomunicável!

Que crime cometeu o subtenente para merecer esta punição.

Por isso fica aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados a nossa repulsa em relação a esta atitude.

Tenho a impressão, que o atual comandante Wantuil Borges pelo qual tenho uma grande admiração está sendo usado nesse ato. Tenho certeza que se tivesse que partir dele, pessoalmente, esta medida de punir o companheiro Jerônimo, talvez não viesse a acontecer, talvez chegasse de outra forma como uma advertência, qualquer coisa parecida.

De qualquer maneira fica aqui a nossa posição em relação a este fato, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Outro assunto que me traz a esta Tribuna também e que nos deixa bastante preocupados é a possibilidade de uma greve geral dos professores que pode acontecer a partir da próxima sexta-feira.

A página da educação de hoje que saiu no Jornal "O Estado do Paraná" diz: "Greve do magistério. Calamidade que o Governo poderia ter evitado". O que quer dizer: que não foi falta de aviso, de recomendação, de tentativa de conversas para que isto viesse a ser evitado.

Os professores da rede estadual de ensino depois de constantes tentativas de diálogos infrutíferos com o Governo, deverão deflagrar greve geral na próxima sexta-feira quando se reunirão em Assembléia Estadual Extraordinária a partir das 08:30 horas, no Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba.

As reivindicações salariais são justas e legítimas sempre temos dito isto por onde passamos, pelas emissoras, pela televisão e pelo jornal, que existem três pontos importantes em qualquer administração de um Governo: saúde, educação e segurança. São três pilares de qualquer Governo. Se

tivermos bons professores, que fossem bem pagos, e boas escolas, não precisaremos construir presídios, e aumentar os efetivos da polícia porque não haveria tanta criminalidade.

Se tivermos um povo que tenha acesso à saúde, todos esses outros males também poderão ser diminuídos.

Então, minha gente, as reivindicações salariais são justas e legítimas. Reposição das perdas no período do Governo de Álvaro Dias e elevação do piso de três para oito salários-mínimos de referência. Quem está pedindo hoje isto é a Presidente da Associação dos Professores, Isolde Benilde Andreata.

E segundo a educadora, a paralisação das aulas nas escolas públicas de 1º e 2º graus se destaca pela insatisfação da categoria com o governo, manifestada em todo o Estado nas assembleias regionais ocorridas durante o mês de julho. Garante Isolde que o Magistério está unido, firme e determinado na luta pela melhoria salarial. Disse que muitas associações de ensino de outros Estados do País já hipotecaram total apoio ao movimento paralista no Paraná.

Para ela, o que o professorado reclama é inteiramente compatível com as atividades exercidas e as necessidades de sobrevivência do ser humano.

As reclamações dos professores não são recentes. Todo ano é a mesma choradeira, é a mesma coisa, é o mesmo grito de justiça que fazem os professores.

Desde novembro do ano passado estão em estado de greve o Governo somente soube impor e ludibriar, e o que é pior, de acordo com Isolde, assassinou e enterrou pura e simplesmente a Lei 8427 de 11 de dezembro de 1986, fruto de uma greve de 30 dias, que garantia ao professor de início de carreira, a partir de 1º de janeiro de 1987, um piso correspondente a 3 vezes o valor do salário-mínimo (hoje, piso nacional de salários), e a manutenção do percentual de diferença existente entre os níveis de vencimentos das categorias funcionais dos profissionais de ensino.

A presidente da APP reconhece que qualquer paralisação gera transtornos para pais e alunos. Porém, como o Governo Álvaro Dias praticamente abandonou a educação e os educadores, não resta outra alternativa para o Magistério, a não ser parar até a hora em que o Chefe do Estado se sensibilizar e retomar as negociações com os educadores.

"As crianças e os jovens devem entender que vão ficar sem aula por culpa e irresponsabilidade do Governo". É o que adverte a Presidente da Associação.

E mais ainda. O Governo não apresentou qualquer luz desde novembro do ano passa-

do, quando os professores da rede pública de ensino de 1º e 2º graus decidiram se mobilizar e permanecer em estado de greve.

O impasse foi criado pelo atual chefe do Poder Executivo, que durante sua gestão já corroeu o salário da classe em 52,95%, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE.

As duas únicas reivindicações do Magistério são: reposição das perdas salariais do período de março de 1987 a julho de 1988 em 52,95% e aumento do piso de 3 para 8 salários-mínimos de referência.

Em nenhum momento houve determinação e boa vontade por parte do Governo para solucionar o impasse. Foram feitas várias reuniões, a última no dia 04 de julho, mas em nenhuma delas houve avanço concreto nas negociações salariais.

Não será o aumento do professorado que vai comprometer as finanças do Estado. Há muitas outras causas que o próprio Governo esconde. Há muitos marajás que o Governo preserva. Há muito dinheiro gasto em projetos que não são prioridades para o desenvolvimento.

Depois de, compreensivamente, os professores esperarem vários meses para que o Governo atendesse satisfatoriamente suas reivindicações salariais, a reunião infrutífera do dia 04 de julho foi o estopim da crise. Houve reação negativa imediata. Seguiram-se assembleias regionais, onde as ressonância maior foi críticas e o aditivo de greve.

Para Isolde, que é a Presidente, a frustração da categoria com o Governo Álvaro Dias está atingindo escolares, e ainda não receberam qualquer proposta concreta por parte da Secretaria de Estado da Educação e do Governador.

Esta é a situação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em relação à classe dos professores. Esperamos que as providências venham a ser tomadas.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra à representação do PDC.

DECLINA.

Havendo declinado, passo a palavra à representação do PL.

DECLINA.

Havendo declinado, concedo a palavra à representação do PT.

Com a palavra, o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros Parlamentares. Certamente os pronunciamentos nesse dia, desta digna tribuna da Assembleia Legislativa, não nos trazem nenhuma

realidade nova. É uma amostra nova de uma realidade antiga de como estão sendo tratados os trabalhadores por aqueles que não trabalham e que exercem o poder.

Gostaria de assinar embaixo as afirmações pronunciadas pelos nobres Parlamentares, manifestando o posicionamento com relação a parte dos servidores públicos do Estado do Paraná, a Corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Alguns companheiros Parlamentares indagavam quais foram as ameaças proferidas pela Associação, ou pelo Presidente da Associação dos Subtenentes da Polícia Militar do Estado do Paraná, mas estão expressas duas ameaças graves contra o Governador do Estado do Paraná, contra o Secretário de Estado da Segurança e contra o Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná. A primeira ameaça grave é de 5 salários de referência para enfrentar esse arrocho salarial e esse custo de vida desenfreado. Esta é uma ameaça séria, e a segunda ameaça séria proferida por esse nobre representante de parte dos trabalhadores paranaenses é o 13º integral para a Corporação Militar do Estado do Paraná.

São ameaças que atingem profundamente, certamente, a honra e o poder que aí está, que cada vez mais se mostra comprometido com a classe trabalhadora paranaense.

É lamentável. É lamentável também que as forças políticas deste Estado andam muito lentamente no sentido de enfrentar esta situação de discriminação e de injustiça com que são tratados os trabalhadores.

Indago a todas as forças políticas que compõem esta Casa de Leis, indago à força majoritária nessa Casa, à força do Partido que governa o PMDB, o que é que está faltando que se erga a voz e se diga "basta" a esse tipo de tratamento. Será que não basta o exemplo ocorrido no início desse ano, quando, a pedido do Deputado Nereu Carlos Massignan, que solicitou a transferência de um policial militar, a resposta que ele recebeu foi a prisão deste policial militar.

Agora, se não bastasse esse abuso, um abuso muito pior, quando um representante da categoria encaminha, através de um documento as reivindicações da categoria, cai na prisão, por 20 dias, incommunicável. O que podemos esperar, ainda, para mobilizar esta tão grande força política quase desmobilizada, do ponto de vista dos trabalhadores paranaenses? É hora, companheiros! Levantemos a voz e vamos usar o poder que temos para dizer um basta à repressão e à injustiça. É bom dizer, também, para que todos saibam, que o mesmo tratamento estão recebendo os quatrocentos servidores de Cascavel, que estão paralisados há 22 dias, aonde a Presidente da

Associação dos Servidores de Empresas Hospitalares de Cascavel, foi no dia de ontem, ameaçada de morte, por quê? Porque a luta dos servidores continua. Continuam mobilizados porque os patrões da saúde ofereceram somente 9% de reajuste salarial. Porque o Tribunal Regional do Trabalho fez um acerto de 15% que a categoria aceitou. Os patrões da saúde, as empresas hospitalares de Cascavel se negaram a lhes conceder 15% de reajuste salarial. Que crime, é este? De repente temos que lamentar a ameaça de morte sofrida pela Presidente da Associação, Senhora Dalva Cesler, na Cidade de Cascavel, no dia de ontem, ameaça anônima, mas sem dúvida partida dos empresários da saúde daquela cidade.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores representantes governistas da Bancada representante do Governo, Presidência desta Casa, Mesa Diretora desta Casa, está na hora de todos nós usarmos do poder que temos para dizer um basta a este tipo de tratamento para com os trabalhadores paranaenses. Ou nós vamos usar o poder que nós temos, e que a população nos delegou ou então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não se admirem se amanhã ou depois o Deputado, o Coronel, o Comandante, isto é o ex-Comandante Raul Lopes, também não estará... Só para concluir, Senhor Presidente.

Não nos admiremos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhores componentes de lideranças partidárias, se amanhã ou depois o Coronel e Deputado Raul Lopes também não estará encarcerado por estar defendendo o interesse da população do Paraná.

Era isto, Senhor Presidente. Era isto, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PDC se fará uso do seu horário.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu horário.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

DECLINA.

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

#### ORDEN DO DIA:

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para o Projeto de Lei nº 379/87, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de Preferência de Votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 379/87, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Amélia Hruschka, que declara de Utilidade Pública o CAPÍTULO ÁGUA VERDE-AMORC, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Em discussão. Em votação. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 379/87, com emenda substitutiva. Em votação a Emenda.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)- Solicito verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a votação a Mesa procederá à verificação de "quorum" solicitada por Vossa Excelência.

Em votação a Emenda. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Senhor Presidente não há "quorum" para votação, portanto, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência já chega tarde, o Deputado Algaci Túlio pediu antes.

Vai se proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Dezenove Senhores Deputados aprovam.

Não há "quorum" para votação, somente para prosseguimento da sessão.

A Mesa quer saber se Vossa Excelência vota contra ou a favor? Senta ou levanta?

O SR. PEDRO TONELLI - Eu votei a favor do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Tem que se levantar nobre Deputado.

Nós estamos num regime democrático. O regimento interno manda levantar, senão a Mesa vai considerar o seu voto...

O SR. PEDRO TONELLI - Levantar para quê Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa aprecia muito a presença de Vossa Excelência e queria vê-lo em pé.

O SR. PEDRO TONELLI - Mas, o que está sendo votado agora?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência solicitou verificação de votação um pouco tarde, o deputado Algaci Túlio foi mais vivo que Vossa Excelência. E está sendo votado o projeto.

Vossa Excelência vota contra ou a favor?

O SR. PEDRO TONELLI - Eu voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai dispensar o nobre Deputado de se levantar porque Vossa Excelência deve estar cansado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, realmente isso confere as minhas denúncias que já fiz aqui muitas vezes contra o ilustre Deputado Pedro Tonelli.

Primeiro, que não tem a ética parlamentar e que desconhece o Regimento desta Casa quando desrespeita, inclusive, a Mesa Executiva desta Casa.

Eu acho que se o Deputado está um tanto quanto cansado de viver por aí agitando a população do Paraná e não pode levantar-se para dizer se o seu voto é a favor ou não, deveria ficar na sua casa descansando e procurando estudar uma fórmula melhor para continuar agitando o Paraná e não trazendo benefícios ao nosso Estado.

Muito obrigado Senhor Presidente.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 372/87, de autoria do Deputado Nestor Baptista, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Jornalista Nelson Camel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em discussão.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu indago qual foi o resultado da votação do projeto anteriormente votado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência fez ouvidos de mercador, eu não posso repetir. Eu já anunciei. O que Vossa Excelência deseja?

O SR. PEDRO TONELLI - Porque foi requerida a verificação de votação e não foi proclamado o resultado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa está colocando em discussão.

A matéria não pode estar em votação porque não há número suficiente para votação. Está colocando em discussão as ou-

tras matérias.

2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n° 372/87 - Em Discussão. Encerrada a Discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 377/87, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CULTURAL CENTRO FILOSÓFICO DELFOS, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 15/88, de autoria do Deputado Ezequias Losso, institui o "Dia do Teólogo", a ser comemorado a cada ano no dia 30 do mês de novembro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.C.E., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 72/88, de autoria do Deputado DOMINGOS SCARPELLINI, que proíbe a realização de provas do tipo "Rally" ou competições automobilísticas (lacto sensu) nas Estradas Estaduais. Com Emenda Substitutiva Geral de Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido Projeto, emenda substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N° 72/88

Art. 1° - Fica proibida a realização de provas do tipo "Rally" Raids ou Competições automobilísticas em geral, nas estradas e municípios deste Estado, sem a competente autorização e supervisão da Federação Paranaense de Automobilismo.

Art. 2° - As provas de Rally, Raids ou similares deverão obrigatoriamente circular em estradas usualmente utilizadas por veículos, não sendo permitido abertura de novas trilhas em áreas consideradas como de prevenção ecológica.

Art. 3° - Todo e qualquer cartaz de divulgação destes eventos deverão conter a máxima:

RALLY - ESPORTE E NATUREZA.

Pela preservação da flora e da fauna.

Art. 4° - Fica estabelecido em 60 Km (sessenta) a velocidade máxima para provas de Rally ou Raids realizadas na Estrada da Graciosa.

Art. 5° - Provas de Slalon, somente será permitida sob orientação da Federação Paranaense de Automobilismo.

Art. 6° - Não será permitido divulgação (propaganda) de cigarros e bebidas alcoólicas nos carros e cartazes.

Art. 7° - Esta Lei entrará em vigor na



data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.88.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Apoio: Dirceu Manfrinato, Domingos Scarpellini, Artagão Mattos Leão e Hermas Brandão.

#### JUSTIFICATIVA:

Através da disciplina das competições automobilísticas nos municípios do Estado, e principalmente das provas de Rally ou Raids nas estradas estaduais, usando-se a expressão "Competições Automobilísticas" englobando tudo que se refere ao gênero Automóvel, aplicando-a conforme o significado dado pelo ilustre e renomado gramático Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, em sua obra "Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa", 2.ª Edição, Editora Nova Fronteira - 1986, pág. 203 que diz ser automóvel aquilo "que se locomove por seus próprios meios ou veículo que se move mecanicamente, especialmente a motor de explosão".

Em discussão. Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 73/88, de autoria do Deputado Raul Lopes, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS VEREADORES DO NORTE PIONEIRO", com sede e foro em Ribeirão do Pinhal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 44/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 39/87), objetivando a extinção de 8.303 (oito mil trezentos e três) cargos de provimento efetivo da parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, criados pela Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, e constantes dos grupos ocupacionais nela previstos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.R.H., por unanimidade, e da C.F., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Public. no DA. nº 38 de 27.04.87).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 044/87

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 39/87, tem por finalidade a extinção de 8.303 (oito mil, trezentos e três) cargos de provimento efetivo da Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, criados pela Lei nº 7.424, de 17.12.80.

No que cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça manifestar, não há nada que obste, tanto do ponto de vista constitucional, quanto do ponto de vista regimental, a livre tramitação da matéria em tela.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 044/87

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 39/87, o presente plano de lei tem por finalidade a extinção de 8.303 (oito mil, trezentos e três) cargos de provimento efetivo da parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, criado pela Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, e constantes dos grupos ocupacionais nela previstos.

O plano de lei em tela, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei nesta Colenda Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.05.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente.

CÂNDIDO BASTOS

Relator

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI Nº 044/87

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 39/87, o presente plano de lei tem por finalidade a extinção de 8.303 (oito mil, trezentos e três) cargos de provimento efetivo da parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, criado pela Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, e constantes dos grupos ocupacionais nela previstos.

Em sua parte legal e constitucional, o presente plano de lei já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça a qual manifestou-se favoravelmente à aprovação do projeto de lei em tela.

Motivo de apreciação por esta Comissão de Recursos Humanos, entendemos que nada existe que impeça a tramitação da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.05.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS

Presidente

CÂNDIDO BASTOS  
Relator

Sobre a mesa, requerimento de nº 53, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 55, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 56, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 57, de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 47, de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 46, de autoria do Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 49, de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 48, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 04, às dez horas, com a Ordem do Dia anteriormente anunciada e mais

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 379, 372 e 377/87 e 15, 72 e 73/88.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 44/87.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a Ordem do Dia anteriormente anunciada.

Levanta-se a sessão.